



Agricultura Familiar e os Assentamentos Rurais No Brasil: A Superação na Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável

Family Farming and Rural Settlements in Brazil: Overcoming Challenges in Promoting Sustainable Rural Development

OLIVEIRA, Iolanda Lopes¹; STURZA, José Adolfo Iriam¹; CLEMENTE, Evandro César²

¹Universidade Federal de Rondonópolis, loopsiolanda@gmail.com, jasturzaroo@gmail.com,

²Universidade Federal de Jataí, evandroclemente@gmail.com

Resumo: A agricultura familiar nas últimas décadas apoiada pelos assentamentos rurais, vem se apresentando como um grupo social que revela grandes expectativas em relação à sustentabilidade ecológica, social e econômica, também na produção de alimentos em maior quantidade e qualidade. Dessa forma tem-se como objetivo evidenciar a importância da agricultura familiar e dos assentamentos rurais neste contexto. Para tanto foi levantado um referencial bibliográfico com a intenção de encadecer uma discussão e articulação entre os conceitos de agricultura familiar, assentamentos rurais, multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável. Foi realizada a comparação entre uma pesquisa realizada em 2016 e 2022 para avaliar as mudanças no que se refere a questão ambiental do assentamento rural estudado. Observou-se que os assentados mantiveram as multifunções já exercidas, especialmente na questão ambiental.

Palavras-chave: Agricultura multifuncional, Serviços ecossistêmicos, Função ambiental.

Abstract: Family farming, supported by rural settlements over recent decades, has emerged as a social group showing great promise concerning ecological, social, and economic sustainability, as well as in producing larger quantities and higher quality of food. Thus, the objective is to highlight the importance of family farming and rural settlements in this context. To this end, a bibliographic review was conducted to foster discussion and interlink concepts of family farming, rural settlements, multifunctionality, and sustainable rural development. A comparison was made between research conducted in 2016 and 2022 to evaluate changes concerning environmental issues in the studied rural settlement. It was observed that the settlers maintained their previously established multifunctional roles, especially regarding environmental aspects.

Keywords: Multifunctional agriculture, Ecosystem services, Environmental function.

Introdução

A discussão sobre Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar no Brasil tem ganhado destaque nas últimas décadas, principalmente pós 1990 diante dos desafios de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a inclusão social no campo. A agricultura familiar, em especial desenvolvida em Projetos de



Assentamentos Rurais, ocupa uma posição de destaque nesse debate, dado seu papel fundamental na promoção da segurança alimentar, na geração de empregos e renda, utilização de práticas agroecológicas e fornecimento de serviços ecossistêmicos.

Os Projetos de assentamentos rurais desempenham um papel central no desenvolvimento rural sustentável, pois promovem uma redistribuição mais justa da terra e fomentam práticas agrícolas que equilibram crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Ao possibilitarem que famílias de baixa renda acessem a terra, os assentamentos rurais impulsionam a agricultura familiar, que tende a adotar métodos produtivos mais diversificados e ecológicos, essenciais para um desenvolvimento sustentável.

Como destaca Abramovay (1999), a agricultura familiar é uma peça-chave no desenvolvimento rural por ser mais intensiva em trabalho, mais conectada aos mercados locais e capaz de responder de maneira mais flexível às mudanças socioeconômicas e ambientais.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo evidenciar a importância da agricultura familiar desenvolvida em Projetos de assentamentos rurais na promoção do desenvolvimento rural sustentável, haja visto que esse grupo social se apresenta de maneira multifuncional, frente a sustentabilidade ecológica, social e econômica, e na produção de alimentos de bases agroecológicas em maior quantidade e qualidade.

Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico com a intenção de promover uma discussão e articulação entre os conceitos de desenvolvimento rural sustentável e a prática da agricultura familiar em projetos de assentamentos rurais. A meta é demonstrar como essas comunidades contribuem significativamente para a conservação ambiental, inclusão social e fortalecimento das economias locais.

Além disso, parte dos dados analisados provém de uma pesquisa de mestrado realizada em 2016, no Projeto de Assentamento Rural Paraíso, localizado no município de Dom Aquino-MT. Essa pesquisa destaca, em especial, a função ambiental desempenhada pelos agricultores familiares, abordando aspectos como o uso ou não de agroquímicos, a adoção da adubação orgânica e a preservação das nascentes.

Posteriormente, foi realizada uma análise comparativa entre os dados coletados em 2016 na pesquisa de mestrado e os resultados obtidos durante a pesquisa de doutorado em 2022, com o intuito de verificar se ocorreram mudanças nas práticas agrícolas e ambientais ao longo desse período.



Resultados e discussões

Assentamentos Rurais como Difusores da Agricultura Familiar Multifuncional

O conceito Agricultura Familiar passou a ser amplamente discutido nos espaços acadêmicos, principalmente após os anos de 1990. Entre os estudos encontramos as contribuições de: Abramovay (1992); Carmo (1999); Guanzirolli et al. (2001); Schneider (2006); Wanderley (2000), entre outros. Os trabalhos detêm-se mais na estrutura e formas de produção, tipos de agricultura, multifuncionalidade, desenvolvimento rural, unidades de produção e outros.

A agricultura familiar pode ser entendida como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção ou rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos da família (Carmo, 1999).

Além da visão mais burocrática, a agricultura familiar se estabelece como

[...] o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encara-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória” a urbana. Assim os valores que a agricultura familiar incorpora são os da tradição, do folclore, da pureza do campo contra a corrupção das cidades. [...] faz parte dos valores que a agricultura familiar incorpora a primazia do desenvolvimento e do poder local e a ideia de que, neste plano, os negócios públicos podem ser geridos com a participação direta dos cidadãos. (Abramovay, 1998, p.137 - 57).

A partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação. A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 (Schneider, 2009).

De acordo com Santos (2011), o território da agricultura familiar se diferencia por seu processo histórico de intensa organização política de homens e mulheres, centrada em uma agricultura de base familiar. Esse modelo é caracterizado pela produção diversificada (policultura), com funções multifuncionais e, em muitos casos, pela presença de atividades pluriativas.

A concepção de território é compreendida no caso da agricultura familiar como uma forma de resistência e sobrevivência, para homens e mulheres que desde a década de 1940 tem construído sobre este espaço relações de apoderamento do espaço a partir da política, da economia, da cultura e também de acordo com as condições naturais (Santos, 2011, p. 322).



Ainda segundo o autor supracitado, a utilização da abordagem territorial na compreensão do espaço agrário do território da agricultura familiar faz sentido na medida, que contribua para uma visão mais integrada do espaço, percebendo suas multifacetadas, ao mesmo tempo em que tem na sua identidade territorial um elo que permita sua dinamização (Santos, 2001).

Para Schneider (2004), a agricultura familiar é crucial para a geração de empregos no campo, além de ser uma forma mais sustentável de uso do solo, pois está frequentemente associada a práticas agrícolas menos intensivas e ao uso de técnicas agroecológicas. Em regiões de assentamentos rurais, a prática familiar de agricultura tem proporcionado não apenas uma forma de subsistência, mas também a preservação ambiental em áreas antes desmatadas para monoculturas ou pastagem (Schneider, 2004).

Grande parcela da agricultura familiar no Brasil é prática em Assentamentos rurais, distribuídos por todo o país. A criação desses Projetos de Assentamentos Rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela. Medeiros e Leite (1999 p. 279), explicam que os assentamentos rurais são entendidos:

[...] como a ocupação e uso de terras para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedade comuns, sendo patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processos de Reforma Agrária.

Muito além de uma definição técnica, Bergamasco et al. (1997), explica que os Projetos de Assentamentos Rurais são ambientes estratégicos e se constituem em um novo modelo de integração da população rural. Novos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos, redefinindo as relações sociais em torno da posse da terra como ponto de partida para a redefinição de um conjunto de outras práticas sociais.

Os Projetos de Assentamentos Rurais compõem experiências inovadoras na gestão dos espaços, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re)criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados (Ferrante et al., 2005).

Mitidiero (2011), afirma que é inegável que a materialização dos assentamentos rurais em diferentes unidades da federação trouxe impactos territoriais de escala local e até regional.



[...] O assentamento emerge diante de um território antes caracterizado pelo latifúndio improdutivo, pela terra abandonada, inativa, inercial e vazia. O projeto de assentamento governamental, levado a cabo pela contestação pública gerada pelos sujeitos sociais organizados, traz novas características ao território. O lugar, a região e as redes de relações que surgem a partir do povoamento pelos assentados do antigo latifúndio improdutivo dinamizam partes/frações do território brasileiro (Mitidiero, 2011, p.12).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Brasil possui mais de 9.400 assentamentos, abrangendo aproximadamente 88 milhões de hectares, o que corresponde a 10,5% do território nacional. Esses assentamentos abrigam cerca de 1 milhão de famílias (INCRA, 2020). A análise dos assentamentos rurais permite tratar do desenvolvimento rural sustentável como algo que supera o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, podendo se estabelecer em espaços de fortalecimento de uma agricultura familiar diversificada, polivalente e multifuncional, impulsionando processos endógenos, gerando não apenas rendimentos monetários ou incrementando a produção agrícola regional, mas também desempenhando funções sociais e ambientais para o conjunto da sociedade (Mior, 2006).

A multifuncionalidade na agricultura familiar abrange as diversas funções, dentre elas, a econômica, social, cultural e ambiental. Com o enfoque na função ambiental, Abramovay (2009), salienta que a agricultura familiar cumpre um papel essencial na manutenção da biodiversidade e na conservação dos recursos naturais, já que muitos agricultores familiares utilizam práticas agrícolas sustentáveis, como o manejo ecológico dos solos e a preservação de matas ciliares e nascentes.

Reconhecendo os assentamentos rurais sob a perspectiva da multifuncionalidade, Cardoso et al. (2003), sugerem que o acesso à terra implica no surgimento de várias funções, além do simples aumento da produção agrícola. A criação de um assentamento possibilita a ocupação de áreas demograficamente vazias, inserindo um novo componente no tecido social já existente, o que contribui para a sua dinamização.

Assim, mais do que uma política de redistribuição de terras, os assentamentos rurais são compreendidos como parte de um processo social e político mais amplo, que abrange o acesso a recursos naturais, crédito, tecnologia, mercados de produtos e de trabalho, além da redistribuição do poder político (Leite; Ávila, 2007).

A noção de multifuncionalidade da agricultura envolve o reconhecimento, a valorização e a criação de políticas que apoiem e promovam diversas funções desempenhadas pela agricultura familiar, indo além da simples produção de alimentos e fibras. Essas outras funções, geralmente de interesse público, resultam não apenas da prática agrícola em si, mas também das interações com o território onde as famílias rurais estão inseridas. Conforme destacam Carneiro e Maluf (2003):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o



campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (Carneiro; Maluf, 2003, p. 19).

Diante do exposto, concordamos com Sauer (2006), que o entendimento do desenvolvimento rural sustentável na perspectiva da agricultura familiar multifuncional implica não apenas a produção de alimentos, mas a promoção de condições sociais e econômicas que permitam a fixação das famílias no campo, o uso racional dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, de modo que a agricultura seja sustentável tanto ambiental quanto socialmente (Sauer, 2006).

Desta forma, é essencial compreender que a agricultura familiar exerce um papel fundamental na promoção de benefícios sociais, ambientais e econômicos, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável e a preservação dos recursos naturais. O reconhecimento de sua multifuncionalidade deve ser acompanhado por políticas públicas eficazes, que fortaleçam o apoio às práticas sustentáveis e assegurem a valorização desse setor social.

Resultados e discussões

Em estudo que foi realizado durante a pesquisa de mestrado no ano de 2016, permitiu algumas constatações referentes a função ambiental promovida pelos agricultores familiares no Projeto de Assentamento Rural Paraíso, localizado no município de Dom Aquino estado de Mato Grosso.

Foi aplicado um questionário junto a 13 famílias do assentamento, referente a questões relativas à percepção ambiental dos assentados, ações de conservação da água e do solo, desmatamento e utilização dos recursos da flora nativa existente na área do assentamento e as técnicas de cultivo mais utilizadas.

De acordo com os dados levantados da pesquisa, foi possível perceber maior preocupação por parte dos assentados, em relação à produção/natureza, baseada nas técnicas de cultivo, mais usadas pelos assentados. Mais da metade dos produtores entrevistados, 54%, utilizam técnicas de adubação orgânica como, por exemplo, o esterco, tanto de gado como da galinha, restos de folhagem e de alimentos, de fácil acesso e mais baratos, pois são encontrados no próprio assentamento. Apenas 8% dos entrevistados utilizam adubação química, fato interessante que demonstra uma maior conscientização dos malefícios desses produtos e maior preocupação sustentabilidade e a preservação do solo e dos recursos hídricos.

Segundo as informações levantadas junto aos assentados, 69% apresentam reserva legal na propriedade, enquanto 31% não. As reservas legais desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade, pois garantem a existência de áreas

de vegetação nativa dentro das propriedades rurais, o que auxilia na proteção de espécies e na manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do ciclo da água, a conservação do solo e a mitigação das mudanças climáticas.

Ao retomar ao assentamento durante a pesquisa de doutorado em 2022, foi possível observar que essas características permanecem. A utilização da adubação orgânica por exemplo ainda continua sendo realizada e em alguns lotes se ampliou. O esterco das galinhas é reaproveitado como adubo nas hortas e pomares. (Figura 01 e 02).

Figuras 01 e 02. Criação de galinhas para venda e utilização de adubo no plantio



Fonte: Oliveira, 2023.

Entre os 13 lotes de propriedades entrevistadas no ano de 2016, oito possuíam nascentes, e destas, seis estavam em bom estado de conservação e duas se encontravam degradadas. O restante dos lotes de propriedades não apresentava nascentes. Para a avaliação das nascentes foram usados apenas critérios visuais e sensoriais. Foi levado em consideração, a presença de vegetação próxima as nascentes, o fluxo e a cor da água, presença de fauna, o cheiro, sinais de poluição antrópica (Figura 03 e 04).

Figura 03 e 04. **Nascentes preservadas no Assentamento Paraíso**



Fonte: Oliveira, 2016.

Ao revisitar essas áreas em 2022, e conversar com os agricultores, foi possível constatar que as nascentes permanecem preservadas, com fluxo contínuo de água, inclusive durante o período de estiagem, o que reforça a importância crucial da preservação ambiental. Essas nascentes, além de fornecerem água essencial para a fauna local, são fundamentais para a subsistência dos agricultores e para a irrigação de seus cultivos como as hortas por exemplo.

Além de seu papel direto no abastecimento hídrico, as nascentes desempenham um importante serviço ecossistêmico de regulação. Esse tipo de serviço está relacionado à capacidade dos ecossistemas em manter o equilíbrio ambiental, regulando o ciclo hidrológico, o clima e a qualidade da água. Além disso, ajuda a manter a umidade do solo e reduzir processos erosivos, que podem comprometer tanto a agricultura quanto os ecossistemas adjacentes.

Altieri (2004), destaca a importância dos assentamentos rurais na preservação ambiental, para o autor as práticas agroecológicas comumente adotadas por pequenos agricultores assentados preservam a biodiversidade, evitam o esgotamento do solo e promovem a conservação dos recursos hídricos, criando um modelo de produção que é resiliente frente às mudanças climáticas.

Apesar dos avanços no apoio à agricultura familiar, diversos desafios ainda persistem. Abramovay (2009), argumenta que, para que a agricultura familiar se consolide como protagonista do desenvolvimento rural sustentável, é necessário investir em infraestrutura, como estradas, eletrificação e comunicação nas áreas rurais. Além disso, ele destaca que o acesso a tecnologias e inovação é um fator-chave para a modernização e a sustentabilidade do setor.

Silva (2017), também menciona a importância de garantir mercados justos e preços adequados para os produtos da agricultura familiar. A autora aponta que a organização de cooperativas, associações e a diversificação da produção são estratégias que podem contribuir para a viabilidade econômica desses agricultores,



especialmente em contextos de instabilidade climática e econômica.

Não podemos afirmar que o desenvolvimento rural sustentável esteja à mercê das políticas mal-sucedidas, ou da boa vontade daqueles que deveriam apresentar seriedade no que fazem, mas é inegável a falta de acompanhamento técnico na aplicação dos recursos disponibilizados para grande parte dos agricultores familiares em assentamentos rurais. Essas políticas precisam ser acompanhadas pelo fortalecimento da Assistência técnica e da extensão rural no Brasil, que sofreu grande sucateamento nas últimas décadas, principalmente pós golpe de 2016.

Portanto a elaboração de políticas públicas eficientes implica diretamente na promoção da transformação do espaço rural, visto que podem modificá-lo para melhor reprodução social deste seguimento tão importante para o país, que é a agricultura familiar.

Conclusões

A agricultura familiar exerce variadas funções, dentre elas a promoção da diversificação econômica, valorização cultural e social, conservação do meio ambiente e a segurança alimentar. Assim a multifuncionalidade é uma abordagem estratégica que contribui para um desenvolvimento rural mais equilibrado, sustentável e inclusivo.

Os resultados desta pesquisa reforçam a importância da agricultura familiar nos assentamentos rurais, especificamente no Projeto de Assentamento Rural Paraíso, como uma prática que contribui significativamente para a conservação ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Os dados levantados indicam um compromisso dos agricultores familiares com técnicas de cultivo sustentáveis, como o uso de adubação orgânica, a preservação das nascentes e a manutenção de reservas legais.

A continuidade dessas práticas entre 2016 e 2022 mostram o papel crucial dos assentados na promoção de serviços ecossistêmicos. Esses serviços ajudam a manter o equilíbrio ambiental e a biodiversidade.

Apesar dos avanços, ainda há desafios significativos, dentre eles, limitações na infraestrutura rural, como acesso inadequado a estradas, eletrificação e comunicação, que dificultam o pleno desenvolvimento da agricultura familiar.

O fortalecimento da assistência técnica e da extensão rural é fundamental. Esse suporte é necessário para o uso eficaz dos recursos e para a implementação de práticas agroecológicas.



Agradecimentos

À bolsa Capes do Programa de Pós-Doutorado concedida a pesquisadora Iolanda Lopes de Oliveira.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hicitec, ANPOCS, Ed. UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. São Paulo: Annablume. (2009).

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BERGAMARCO, S.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

CARDOSO, A. L. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A., BERGAMASCO, S.M.P.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V.L.S.B. e ALY JUNIOR, O (Orgs.) **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA. 2005. p. 37-71.

GUANZIROLI, C. E., BUAINAIN, A. M., Di SABBATO, A., & MIRANDA, C. R. (2001). **A agricultura familiar e o novo mundo rural**. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

MEDEIROS, L. A sustentabilidade na agricultura familiar. **Revista Economia & Sociedade**, 16(3), 221-236. (2007).

MEDEIROS, L. S; LEITE, S. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas**. 1ª Edição. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Ed



Universidade / UFRGS/ CPDA, 1999.

MITIDIERO JR., M. A. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>. Acesso em: 12 de out de 2024.

OLIVEIRA, I.L. **A luta “na” terra: a pluriatividade e multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aos assentados de Zumbi dos Palmares–MT**. Dissertação [mestrado em geografia]. Santa Maria. UFSM,2016.

OLIVEIRA, I.L. **O associativismo rural e a economia solidária em projetos de assentamentos rurais na MRG de Rondonópolis-MT: potencialidades, vulnerabilidades e limites na promoção do desenvolvimento rural**. Tese[doutorado em geografia]. Jataí. UFJ,2023.

SAUER, S. Agricultura familiar e sustentabilidade: desafios para a reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 14, n. 2, p. 356-387, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, M. E. **A importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável**. *Revista Brasileira de Economia*, 71(2), 203-221. 2017.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 66-90, 2004.